

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. PAULO GUEDES)

Altera o parágrafo décimo do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para modificar o prazo para a distribuição de bens, valores e benefícios no período anterior à data de uma eleição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica o parágrafo décimo da Lei nº 9.504, de 1997, para permitir a distribuição gratuita de bens, valores e benefícios até dois meses antes da data de uma eleição.

Art. 2º O parágrafo décimo do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 10. Sessenta dias antes de a eleição realizar-se, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

.....(NR)”

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, pela redação do parágrafo décimo do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, está proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração no ano de eleição. Como a data das eleições é o primeiro domingo de outubro, nove meses antes dessa data, a distribuição de bens, valores ou benefícios já está proibida. Essa regra visa a garantir a equidade e a moralidade nos pleitos eleitorais, valores que se impõem sempre.

Entretanto, não se pode olvidar existirem situações onde se justifica plenamente a distribuição de bens ou valores por parte do Poder Público e elas podem ocorrer a qualquer tempo. Compreende-se a imposição legal e não há cogitar suprimi-la, ela faz sentido. Todavia, limitá-la a um período menor pode permitir que se evitem longos períodos com inação do Estado por força da proibição de natureza eleitoral.

Apenas para melhor figurar a questão. Há um desmoronamento nas proximidades de uma cidade. Pessoas ficam ali retidas durante a noite aguardando resgate. O agente público providencia alimento e roupas para as vítimas desse desmoronamento e fica sujeito aos rigores da lei eleitoral. Outro exemplo é uma cidade sofrer com estiagem decorrente da natureza, o agente público também providência ajuda as famílias com o sustento até que se retorne o estado normal do período de chuvas naquela região.

Ademais, a atual lei ao proibir distribuição gratuita no período de quase um ano antes das eleições, pune a sociedade, entidades filantrópicas, associações e outros. Veja, a Receita federal do Brasil tem milhares de apreensões e para realizar doações, deve aguardar o período da Lei, qual seja, no ano eleitoral não se pode realizar doações, ou seja, é o estado punindo a sociedade.

Agregue-se que não se pode cogitar em tais situações localizadas e graves, mas passageiras, de decretação de estado de emergência ou de calamidade pública, figuras jurídicas que têm, não nos esqueçamos disso, o seu respectivo protocolo e que devem ser formalmente decretadas.



Eis por que peço o apoio de meus ilustres Pares, as Senhoras Deputados e os Senhores Deputados, à proposição aqui apresentada.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado PAULO GUEDES

2024-172

